



## **Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Audiência Pública em 16/10/2019**

*Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Eneá de Stutz e Almeida*

Vivemos num contexto que alguns chamam de pós-verdade, no qual costuma-se relativizar todas as afirmações. Um bom exemplo é a falsa controvérsia sobre se houve ou não um Estado de Exceção no Brasil a partir de 1964 (ou seja, uma ditadura). Curioso (e ainda bem) é que não há a mesma falsa controvérsia sobre se é bom ou ruim ter havido uma ditadura. Há consenso para afirmar que ditaduras são ruins. Então, partindo dessa premissa, que é consensual, vou refletir aqui um pouco sobre se houve ou não um Estado de Exceção (golpe de Estado) em 1964. Quem dá a resposta é esta casa! Sim, houve, porque o próprio congresso nacional, em 29 de novembro de 2013 disse que a sessão de 2 de abril de 1964 era nula de pleno direito, ou seja, quem assumiu o poder executivo daí em diante estava usurpando o poder, era ditador, estava instalado um Estado de Exceção. Foi um golpe de Estado. Não foi nem uma revolução (pouco importa saber se havia pedido da população neste sentido ou não!!!), nem uma continuidade democrática!!! Houve uma ruptura institucional NÃO ASSUMIDA como golpe naquele 2 de abril de 1964.

Mas como afirmar que isso é a verdade e não outra coisa? Então, vamos lembrar de um conto zen-budista sobre a verdade. Um discípulo chegou para o seu mestre e perguntou: mestre, se a verdade é uma coisa objetiva, como eu posso fazer para alcançá-la diretamente? Preciso de alguma ferramenta? Como escolher a melhor ferramenta? E o mestre explicou: a verdade é como a lua – está lá no céu, não depende de mim ou de você para estar lá. Mas eu só consigo vê-la (alcançá-la) se olhar para ela e às vezes preciso que alguém me mostre, me aponte para ela, principalmente se houver muitas nuvens no céu e eu não souber onde ela está. Neste caso, o dedo de quem aponta para ela é a ferramenta. Da mesma forma, para alcançar a verdade você precisa das palavras, em forma de narrativas. Mas essas narrativas não são a verdade, porque a verdade é objetiva. Entretanto, para alcançá-la eu preciso das palavras, dos



textos, enfim, de alguma narrativa, que me leve a ela. A subjetividade aparece nessas narrativas. Nem sempre a narrativa estará correta, e se não estiver, não vai me mostrar a verdade. As narrativas funcionam como o dedo. Se apontarem para o lado errado, eu não verei a lua. Então você precisa do dedo, mas não pode se fixar nele, porque senão ficará limitado à ferramenta, discutindo a ferramenta, e perderá o objetivo, que é a lua. Olhe para a lua e não para o dedo.

Estamos numa guerra sem fim nos últimos tempos no Brasil, porque estamos nesse debate quase infértil de narrativas. Como se fossem debates sobre a verdade. Não são. A verdade é objetiva. HOUVE UM GOLPE DE ESTADO NO BRASIL. Deveria ter havido um processo de Justiça de Transição, que até se iniciou, mas o que vemos já desde 2016 é um retrocesso, muito, muito aprofundado a partir deste ano de 2019.

Então esta iniciativa da Casa de uma lei que criminalize a apologia à ditadura, à tortura e às comemorações do Golpe é muito bem-vinda, pois reestabelece a verdade objetiva de que houve uma ditadura no Brasil, que isso é muito ruim e que não pode voltar a acontecer, e quem estiver apregoando esta volta, está contra o Brasil, já que todos concordamos no Brasil que ditaduras são coisas ruins, objetivamente. Esta iniciativa escapa da armadilha dos infinitos debates sobre o dedo e olha diretamente para a lua para afirmar: “quem disser que a lua não existe está faltando com a verdade. Quem disser que as pessoas estão proibidas de ver a lua está cometendo um crime”. É fundamental no Brasil de hoje que todas as pessoas tenham conhecimento da verdade objetiva que é: HOUVE UM GOLPE DE ESTADO EM 1964, que se seguiu uma ditadura muito cruel e que não fizemos após a redemocratização a tarefa que a Constituição de 88 nos incumbiu, que são os processos transicionais (art. 8º do ADCT). E o pouco que fizemos, que é o processo de reparação, já está desfeito pelo atual governo federal, pois este governo insiste em nos distrair de tal forma que só discutamos o dedo e não a lua. Precisamos ter este projeto de lei aprovado para depois voltarmos a construir nossos processos transicionais.